

VERGONHA! NO MARANHÃO AUDITOR DO TCU OCULTA POR ONZE ANOS MORTE DA PRÓPRIA MÃE

Posted on 14/05/2025 by Minuto Barra



A mãe do auditor do TCU, enquanto viva, era viúva de um servidor da Câmara dos Deputados, e ela recebia uma pensão no valor de R\$ 32 mil. Durante onze anos ele recebeu R\$ 3,9 milhões da pensão de sua mãe.

Category: [Notícias](#)

MINUTO BARRA

Um homem ocultou a morte da mãe por 11 anos e fraudou a prova de vida para continuar recebendo a pensão da [Câmara dos Deputados](#). Ele obteve R\$ 3,9 milhões por meio da fraude, entre 2011 e 2022, ano em que a picaretagem foi descoberta e o órgão parou de pagar o benefício.

O acusado é Manoel Henrique Cardoso Pereira Lima. Ele era auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), mas foi demitido do cargo em 28 de abril de 2025, em um processo administrativo disciplinar aberto após a revelação da fraude.

De acordo com as investigações da Polícia Legislativa Federal (PLF) da Câmara dos Deputados, o ex-auditor induziu e manteve o órgão em erro mediante a omissão da morte da pensionista e o recebimento do valor que deveria ser destinado à mãe dele.

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 69, DE 28 DE ABRIL DE 2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 28, incisos XXXIV e XXXVIII, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução-TCU 155, de 4 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução-TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011, e tendo em vista as informações constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº TC-004.917/2023-5, resolve:

Demitir o servidor Manoel Henrique Cardoso Pereira Lima, Auditor Federal de Controle Externo, Área Controle Externo, Classe Especial, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, matrícula 4498-9, com fundamento no art. 127, inciso III, e no art. 132, inciso IV, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c o art. 10, caput, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, declarando vago o respectivo cargo.

VITAL DO RÊGO



MINUTO BARRA



Em São Luís (MA), a corporação descobriu que Lima levou uma senhora ao cartório para se passar pela mãe dele e atestar a prova de vida necessária para a continuidade do benefício. A reportagem apurou que a pensão mensal bruta era de R\$ 32,9 mil. A Polícia Legislativa Federal também encontrou o túmulo onde a verdadeira beneficiária foi sepultada.

Após a autuação por estelionato majorado feita pela PLF da Câmara, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou Lima pelo crime. Em outubro de 2024, a 15ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal aceitou a denúncia, de forma que o ex-auditor tornou-se réu.

O MPF também entrou com uma ação cível na qual pede que Lima seja condenado a indenizar a União em R\$ 2 milhões, valor que deve ser corrigido e acrescido de juros.

Procurado pela reportagem do Metrópolis, Lima não quis comentar as acusações.